

EUA esperam que de la Madrid adote novo programa de ajuste

por Paulo Sotero
de Washington

O governo de Washington e os grandes bancos norte-americanos, credores da maior parcela da dívida externa de US\$ 97 bilhões do México, têm exibido graus diferentes de ansiedade diante da dramática situação em que as finanças do país foram colocadas pelo recente desabamento dos preços do petróleo, fonte de 70% de suas divisas.

Segundo o New York Times da última quarta-feira, funcionários da Casa Branca, do Departamento do Tesouro, Comércio, Estado e do Federal Reserve começaram a fazer estudos preliminares para a montagem de um pacote financeiro de emergência para o México, no início desta semana. O pacote, segundo o Times, incluiria empréstimos de instituições oficiais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, dos bancos, além de créditos comerciais e da compra de um grande volume de petróleo.

Ontem, uma fonte do Departamento do Tesouro desmentiu a informação do Times e afirmou que a participação e o apoio americanos numa operação de socorro às finanças do México só se concretizarão depois que o governo do presidente Miguel de la Madrid comprometer-se a fazer reformas econômicas e a adotar medidas de austeridade. Mesmo nesse caso, indicou a fonte, os EUA provavelmente limitarão sua participação a um "empréstimo-ponte", como o que fizeram em agosto de 1982, para viabilizar as negociações que o país terá de fazer com seus cre-

dores oficiais e privados. A administração Reagan tem procurado minimizar a importância da crise mexicana porque, embora esteja preocupada com a rápida deterioração da economia do país, acredita que há tempo de sobra para encontrar uma solução e está determinada a evitar a repetição do clima de pânico que se estabeleceu em 1982, quando o México surpreendeu o mundo com a decretação de uma moratória de noventa dias.

Os bancos, em contraste, não têm feito nenhum esforço para camuflar seu nervosismo. Na comunidade financeira, prevalece a impressão de que o México está às vésperas de um grande desastre e que a situação requer uma solução urgente, com forte participação do governo americano e dos demais países industrializados.

A ansiedade dos bancos aumentou substancialmente duas semanas atrás, depois que o governo mexicano lhes comunicou que necessitará neste ano de uma injeção de US\$ 8,7 bilhões de dinheiro novo — e não dos US\$ 4 bilhões que haviam sido estimados antes da queda dos preços do petróleo — para manter a economia à tona. As autoridades americanas obviamente suspeitam da disposição de os banqueiros se mostrarem alarmados diante da situação. "É natural", disse um funcionário do Departamento do Tesouro, "que eles procedam assim, pois desejam que o governo assuma a maior parte do fardo."

Tranqüiliza as autoridades americanas o fato de o México não ter ainda apre-

sentado um pedido formal de novos recursos e ainda a declaração feita pelo chanceler do país, Bernardo Sepúlveda, durante uma rápida visita a Washington, no início da semana, afirmando que a moratória "não é parte das opções" contempladas pelo governo de la Madrid para enfrentar a crise.

Por outro lado, os estrategistas do governo americano acreditam, ou pelo menos dizem acreditar, que o problema atual é mais administrável do que o de 1982, porque de não tem o elemento de surpresa da crise anterior. Eles parecem igualmente convencidos de que, se o governo de la Madrid adotar algumas reformas econômicas previstas no receituário do FMI, isto é, livrar-se de empresas estatais ineficientes, liberalizar seu comércio e a política de investimentos, terão condições de transformar a crise numa vitória política para Washington, formulando uma solução que possa ser apresentada como a primeira aplicação prática do Plano Baker. Numa só tática, a situação mexicana seria estabilizada e o Plano Baker seria resgatado do estado de hibernação em que vive desde que foi publicamente anunciado em Seul, em outubro passado, pelo secretário do Tesouro, James Baker III.

O desejo de Washington de limitar sua participação numa operação de socorro ao México deriva não apenas de cálculos políticos, mas também do reconhecimento de que suas opções são mais limitadas hoje do que eram em 1982, quando os Estados Unidos monta-

ram rapidamente um pacote financeiro de emergência, que incluiu o compromisso de comprar US\$ 1 bilhão de óleo mexicano. Os tanques de petróleo dos EUA estão abarrotados e a indústria doméstica também está sentindo o impacto da queda de preços — um dado especialmente sensível num ano eleitoral. Além disso, a lei Gramm-Rudmann — um exótico mecanismo legislativo que estabelece cortes automáticos no orçamento federal — limita a capacidade do governo em conceder ajuda externa. Um empréstimo-ponte do Tesouro é, por isso, a forma mais prática de participação do governo de Washington numa operação de socorro ao México.

Os funcionários da área econômica da administração Reagan acreditam, por outro lado, que os números apresentados pelos mexicanos foram propositalmente exagerados. Computado o que o país poderá ganhar com o aumento de suas exportações para os países industrializados, cujas economias crescerão mais rapidamente, e com a queda das taxas de juros — ambos subprodutos positivos da queda dos preços do petróleo —, eles acham que a necessidade de novos créditos do país neste ano poderá ser substancialmente calibrada para baixo. US\$ 6 bilhões seria, segundo uma fonte oficial mencionada pelo New York Times, um número mais realista para 1986. Igualmente tranqüilizador, segundo a análise que está sendo feita pelo Executivo americano, é o fato de o México dispor de reservas de US\$ 5 bilhões.